



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

Processo 5018969-18.2020.8.21.0001

RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADES

37º Relatório Mensal de Atividades

Apresentado em junho de 2020.

**brasília
guaíba**





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. RESUMO
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
4. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

INTRODUÇÃO

O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial,

principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda não vem cumprindo suas obrigações regularmente no que se refere a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF).

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. INTRODUÇÃO - ASPECTOS JURÍDICOS



Cronograma Processual da Recuperação Judicial

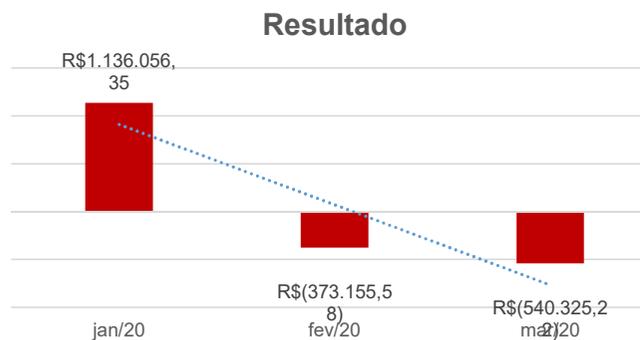
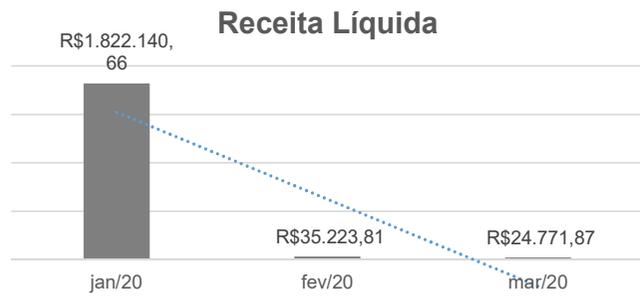
Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 60., § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.		
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			
				Eventos ocorridos	
				Data estimada	

2. RESUMO



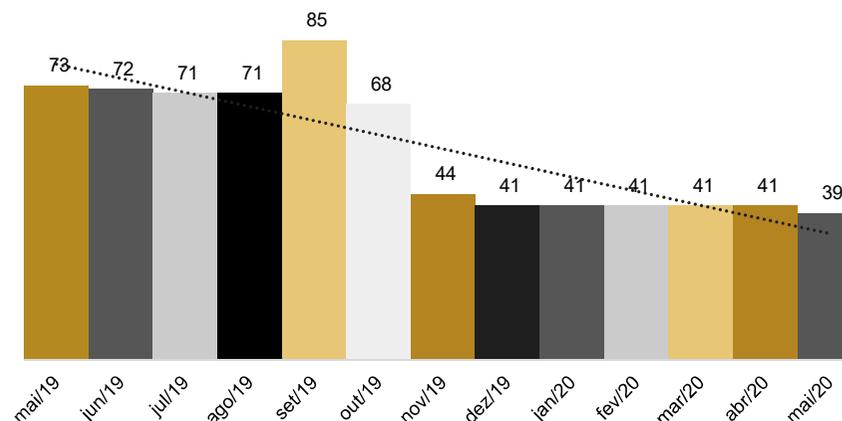
CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

Dados financeiros



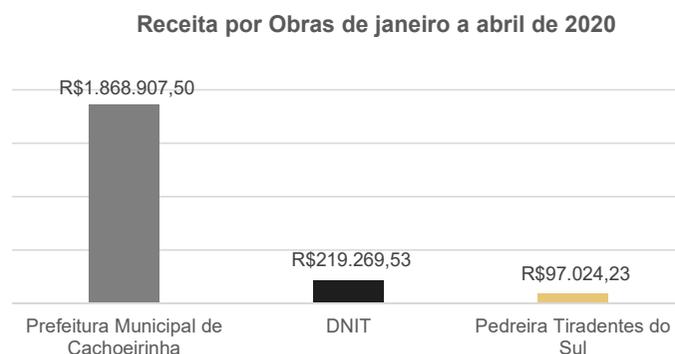
Em razão do Covid-19 e mudanças na execução da obra do DNIT, a **recuperanda não está operando atualmente**. A receita da CBG é proveniente da venda de pedra britada, que é insuficiente para o pagamento de todas as despesas operacionais, especialmente despesas com pessoal. Ultimamente a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas.

Quadro de colaboradores



Em maio, a empresa desligou 02 funcionários, finalizando o período com 39 empregados (20 ativos e 19 afastados). Os funcionários ativos correspondem ao setor Administrativo e vigias e, segundo a recuperanda, estão trabalhando normalmente. A CBG apresenta atraso no pagamento de salários, sendo que a maioria das unidades não está sendo paga. Os encargos sociais da folha de pagamento também estão inadimplentes.

Situação das atividades e obras



Atualmente as obras estão paralisadas, devido à pandemia do Covid-19 e pelo pedido do DNIT para a realização de procedimentos administrativos e inclusão da empresa Castilho Engenharia Ltda no contrato, com 30% de participação. A CBG aguarda a decisão final do DNIT, quanto ao novo aditivo de prazo do contrato e o ingresso da Construtora Castilho para a execução conjunta das obras.
Nos meses de janeiro a março, a empresa auferiu receitas de apenas duas obras, sendo na Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e no DNIT, e venda de pedra britada.
A pedido desta Administração, a Recuperanda apresentou o contrato firmado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, bem como a Ata de Nomeação da Construtora Brasília Guaíba como vencedora do processo licitatório em 2014.

**Dados atualizados de acordo com as últimas demonstrações contábeis enviadas*

2. RESUMO



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

Endividamento concursal

O endividamento concursal apresentado pela Recuperanda é:

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,66%
Trabalhista	458	46,45%	18.011.669,98	9,36%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,74%
Quirografário	388	39,35%	156.399.412,69	81,31%
Microempresa	135	13,69%	7.552.248,20	3,93%
Total	986	100%	192.355.440,91	100%

Pendências e Esclarecimentos

O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à Construtora Brasília Guaíba é o dia 15 do mês subsequente, portanto, os demonstrativos da competência de março/2020 deveriam ser encaminhados até 15/04/2020. Contudo, os documentos foram recebidos, com atraso em 02/06/2020. Os demonstrativos de abril foram encaminhados em data posterior à finalização deste relatório.

Em relação aos documentos solicitados, ficaram pendentes de envio:

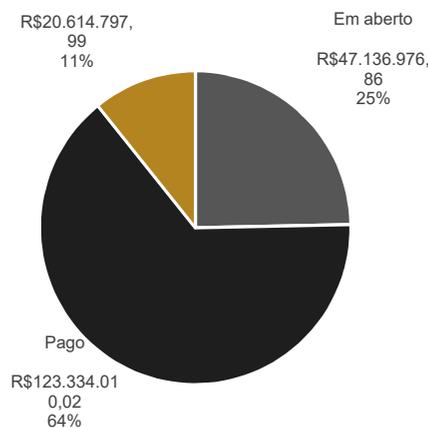
- Demonstrações retificadas de março/2020;
- *Aging list* de Clientes e Fornecedores;
- Relatório Financeiro de Adiantamentos;
- Relação de imobilizado da empresa;
- Contratos das empresas fornecedoras de serviços: Recovery Assessoria Empresarial; e CAS Futura Assessoria e Consultoria.
- Cumprimento do PRJ.

A administração Judicial concedeu o prazo para esclarecimentos na via administrativa até 01/07/2020. Caso não ocorra, os assuntos serão solicitados nos processo.

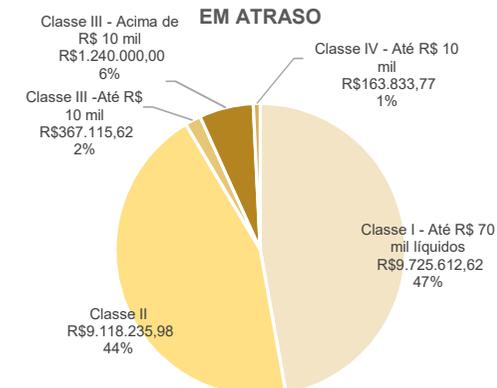
Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

- Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.
- **Classe I** – Ainda seguem pendentes de pagamento 48 credores no montante de R\$ 403.325,50, além dos créditos ilíquidos em discussão. Os recursos vinculados a venda do imóvel, entraram na conta da empresa em maio de 2019, a prestação de contas sobre a destinação dos valores está sob análise da administração judicial. A empresa não apresentou os extratos bancários em sua integralidade.
- **Classe II** – Não houve, até o momento, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real.
- **Classe III** – Os créditos até R\$ 10 mil seguem pendentes de pagamento, com 32 parcelas atrasadas. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Bannisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 31 parcelas está em atraso.
- **Classe IV** – Os créditos até R\$ 10 mil não foram pagos e possuem 32 parcelas em atraso. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram quitados através de notificação enviada aos credores.

RESUMO CUMPRIMENTO PRJ



EM ATRASO



2. RESUMO



Acompanhamento Processual

- Houve a conversão do processo físico em processo eletrônico, atualmente tramitando no sistema E-proc através do nº 5018969-18.2020.8.21.0001.
- Quanto ao fundo para pagamento futuro das verbas trabalhistas ilíquidas, houve determinação judicial para que a Recuperanda depositasse, em reserva, o valor de R\$ 1.692.000,00, correspondente a 20% do total do valor resultante da alienação da UPI, independente de cessão de crédito – mediante a devida prestação de contas de forma mensal, inclusive de qualquer movimentação efetivada no fundo, o qual, nos termos da decisão, *“deve ser utilizado exclusivamente para os pagamentos dos créditos ilíquidos até R\$ 70.000,00, na forma que constou no plano”*. A comprovação da complementação do fundo ocorreu à fl. 9242 do processo.
- Em março de 2020, a Administração Judicial posicionou-se mais uma vez buscando esclarecimentos da recuperanda, bem assim, demonstrando ao juízo o atraso relativo aos pagamentos. Postulou: a) regularização dos valores em atraso, na ordem de R\$ 730.503,03; b) comprovação da cessão dos créditos e pagamentos em moeda referentes às classes quirografárias e de ME/EPP, bem como os créditos trabalhistas; c) esclarecimentos sobre a situação do imóvel de matrícula n.º 5.862, destinado ao loteamento para os credores trabalhistas acima de R\$ 70.000,00, e sobre quando pretende regularizar a medida; e, d) apresentar de forma concreta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, como pretende solucionar o depósito das verbas de FGTS. **Em 01.06.2020 o juízo intimou a recuperanda para que apresente os esclarecimentos.**
- Quanto ao pedido de alienação de UPIs, em um primeiro momento, a Administração manifestou-se pela adoção da modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. O ponto pende de apreciação do Ministério Público.
- Tramita de forma apartada, por meio eletrônico, incidente processual de nº 5018969-18.2020.8.21.0001, ajuizado pela Recuperanda em atenção à determinação judicial exarada pelo Juízo, em 18.03.2020, no processo de recuperação judicial n.º 001/1.15.0189666-1, com o objetivo de renovar por mais 90 (noventa) dias a dispensa de apresentação das certidões negativas de débitos fiscais (sejam eles federais, estaduais, municipais, previdenciário, FGTS e trabalhista), além de SICAF, CADIN e BNDDT. O pleito foi deferido em 07.04.2020, mediante a apresentação posterior do resultado de eventuais certames, em caso de participação em licitação.

3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



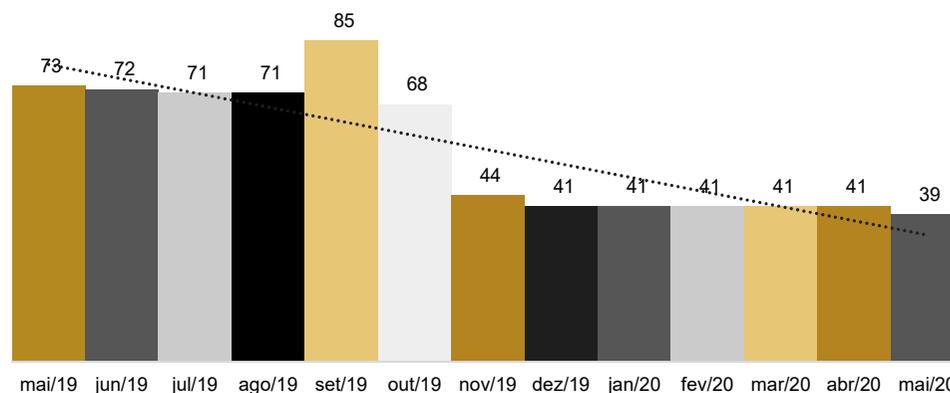
Funcionários

A fim de atender outro dos princípios da Recuperação Judicial – manutenção do emprego dos trabalhadores – está sendo fiscalizado o Setor de RH, para que os demais órgãos da recuperação, bem como credores, tenham conhecimento da atual situação dos funcionários da devedora.

Em maio, a empresa desligou 02 funcionários, finalizando o período com 39 empregados (20 ativos e 19 afastados). O gráfico ao lado contempla o quadro de colaboradores dos últimos doze meses.

A respeito dos pagamentos aos trabalhadores em atividade, a empresa repassou posição atualizada até maio de 2020. Analisando as tabelas, discriminadas por obras e departamento administrativo, percebe-se que a recuperanda está irregular com os pagamentos, sendo que a maioria das unidades não está sendo paga. Os encargos sociais da folha de pagamento também estão inadimplentes.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS



Posição dos salários (% pago)

MÊS	ADMINISTRAÇÃO POA	OBRAS CACHOEIRINHA	OBRAS BR 116 (CAMAQUA)	CENTRAL DE EQUIPAMENTOS	OBRAS IVORÁ	OBRAS TAPES	OBRAS AGESUL
11.18	100,00%	100,00%	100,00%	68,79%	100,00%	100,00%	100,00%
12.18	100,00%	57,28%	89,15%	68,72%	96,15%	100,00%	100,00%
13° Sal 1° parcela	100,00%	100,00%	100,00%	64,44%	100,00%	100,00%	100,00%
13° Sal 2° parcela	100,00%	100,00%	100,00%	68,77%	100,00%	100,00%	100,00%
01.19	100,00%	100,00%	80,02%	43,41%	100,00%	100,00%	87,35%
02.19	100,00%	100,00%	84,76%	46,14%	100,00%	100,00%	0,00%
03.19	96,99%	100,00%	93,21%	44,38%	42,23%	100,00%	0,00%
04.19	81,04%	100,00%	90,41%	39,71%	54,62%	100,00%	0,00%
05.19	100,00%	100,00%	89,99%	28,79%	0,00%	100,00%	0,00%
06.19	97,10%	100,00%	84,86%	28,86%	0,00%	100,00%	0,00%
07.19	100,00%	100,00%	60,87%	28,08%	0,00%	100,00%	0,00%
08.19	96,01%	100,00%	57,81%	34,12%	0,00%	100,00%	0,00%
09.19	77,67%	49,50%	100,00%	34,56%	0,00%	100,00%	0,00%
10.19	77,98%	0,00%	13,61%	23,44%	0,00%	0,00%	0,00%
11.19	59,96%	0,00%	0,51%	14,21%	0,00%	0,00%	0,00%
12.19	45,58%	0,00%	FIM DA UP	11,32%	0,00%	0,00%	0,00%
Férias	45,11%	0,00%	0,00%	52,71%	0,00%	0,00%	0,00%
13° Sal 1° parcela	40,91%	0,00%	7,66%	27,53%	0,00%	0,00%	0,00%
13° Sal 2° parcela	47,71%	0,00%	0,00%	15,45%	0,00%	0,00%	0,00%
01.20	39,45%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
02.20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
03.20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
04.20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
05.20	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Balanço Patrimonial

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são da competência de março/2020. Destaca-se que a empresa encaminhou os demonstrativos de abril após a finalização deste relatório.

BALANÇO	jan/20	fev/20	mar/20
ATIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	36.413.569	36.395.936	36.436.918
CAIXAS E BANCOS	12.401	2.151	9.145
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.542	1.507	5.502
CONTAS A RECEBER	18.551.422	18.551.422	18.551.422
SERVIÇOS A FATURAR	11.591.333	11.591.333	11.612.142
ESTOQUES	109.447	109.447	109.447
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	2.533.383	2.533.383	2.533.383
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	2.652.528	2.660.948	2.664.502
DEMAIS CONTAS E VALORES A RECEBER	947.513	945.745	951.374
NÃO CIRCULANTE	34.367.634	34.373.380	34.379.522
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.446.823	2.446.823	2.446.823
PARTES RELACIONADAS	4.899.002	4.904.748	4.910.891
IMOBILIZADO	27.021.808	27.021.808	27.021.808
PASSIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	25.125.747	25.388.359	25.714.983
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5.890.253	5.922.660	5.957.752
FORNECEDORES	5.472.620	5.528.214	5.591.797
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.968.900	5.078.955	5.547.453
PROVISÕES TRABALHISTAS	291.199	291.199	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.225.140	2.261.724	2.298.842
DEMAIS CONTAS A PAGAR	2.562.897	2.579.829	2.582.571
PARCELAMENTOS	3.714.737	3.725.777	3.736.566
NÃO CIRCULANTE	29.660.390	29.883.793	30.169.735
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LP	10.861.132	10.965.490	11.078.496
FORNECEDORES LP	546.349	546.349	546.349
OBRIGAÇÕES FISCAIS	3.119.894	3.124.950	3.130.756
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS LP	418.773	420.329	421.516
PARCELAMENTOS IMPOSTOS	8.669.024	8.693.912	8.719.389
PARTES RELACIONADAS	6.045.219	6.132.764	6.273.230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.995.066	15.497.164	14.931.723
CAPITAL SOCIAL	44.829.350	44.829.350	44.829.350
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.852.720	1.852.720	1.852.720
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-32.082.486	-32.082.486	-32.082.486
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	1.395.482	897.580	332.139

Nota (*): Em janeiro e fevereiro a recuperanda realizou a alteração dos saldos contábeis das contas: Caixas e Bancos; Contas a Receber; Serviços a Faturar; Adiantamentos a Terceiros; Demais Contas e Valores a Receber; Obrigações Sociais e Trabalhistas; Provisões Trabalhistas; Obrigações Fiscais; Demais Contas a Pagar; Partes Relacionadas; Prejuízos Acumulados; e Resultado do Exercício em Curso. Os demonstrativos retificados encontram-se no Anexo II do presente relatório.

Embora a recuperanda tenha encaminhado os demonstrativos de janeiro e fevereiro retificados, constatou-se divergências entre o saldo final de fevereiro e inicial de março de 2020. Questionada, a empresa não manifestou-se até a finalização deste relatório, ficando esta informação pendente para o próximo período.

Análise

ATIVO

- **Caixa e Bancos:** De acordo com o Fluxo de Caixa enviado pela empresa, os principais dispêndios do período referem-se ao pagamento a fornecedores e empregados. As movimentações detalhadas encontram-se na página 18 do presente relatório.
- **Contas a Receber:** As movimentações do mês referem-se ao recebimento pela venda de pedra britada de R\$ 28.504,35 e entrada pela venda de imobilizado a Diego Junges pelo valor de R\$ 50.000,00. De acordo com o razão da empresa, o bem era um trator pertencente à empresa BGSE e foi utilizado como pagamento de salário de Glauco Fetter que é um credor trabalhista incluso no processo de Recuperação Judicial, com crédito acima de R\$ 70 mil. O comprovante de pagamento não foi encaminhado à esta Administração. Destaca-se que no mês anterior também ocorreu a venda de imobilizado a Lairton Luis Hartman e a empresa sustentou que o bem pertencia à empresa BGSE Construções, cujo quadro societário é constituído pela própria CBG e o sócio Andre Loiferman, e que nota fiscal foi emitida erroneamente pela Construtora Brasília Guaíba devendo ser estornada. De fato, houve o estorno no mês de fevereiro e os demonstrativos retificados foram encaminhados, no entanto, aguarda-se retificação desta operação também em março. As notas fiscais de venda foram solicitadas, contudo, apenas a NF de Diego Junges foi encaminhada. De acordo com a empresa, a NF foi emitida pela Construtora, pois a BGSE não possuía inscrição estadual, que foi regularizada em período posterior a esta emissão. Ademais, cabe salientar que o valor mais representativo de clientes pertence à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com R\$ 17,7 milhões que, de acordo com a recuperanda tem processo judicial aguardando sentença. A recuperanda encaminhou o parecer correspondente, datado de agosto/2018, que aponta que o crédito da CBG é certo, líquido e exigível, devendo ser contabilizado no Ativo Circulante.
- **Serviços a Faturar:** Compreende aos saldos de serviços realizados nas obras do DAER, DNIT, AGESUL e Prefeitura Municipal de Cachoeirinha. Em março não apresentou variação, visto que as obras estão paralisadas.
- **Estoques:** A empresa destaca que o estoque de brita que ainda mantém está obsoleto, por isso o valor relativamente baixo desta conta. Embora tenha registrado a venda de pedra britada, a recuperanda não realiza a baixa na conta de estoques dentro do mês e informa que o ajuste é feito apenas no final do ano. O registro de inventário enviado pela recuperanda corresponde ao montante contabilizado.

4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Balanço Patrimonial

BALANÇO	jan/20	fev/20	mar/20
ATIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	36.413.569	36.395.936	36.436.918
CAIXAS E BANCOS	12.401	2.151	9.145
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.542	1.507	5.502
CONTAS A RECEBER	18.551.422	18.551.422	18.551.422
SERVIÇOS A FATURAR	11.591.333	11.591.333	11.612.142
ESTOQUES	109.447	109.447	109.447
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	2.533.383	2.533.383	2.533.383
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	2.652.528	2.660.948	2.664.502
DEMAIS CONTAS E VALORES A RECEBER	947.513	945.745	951.374
NÃO CIRCULANTE	34.367.634	34.373.380	34.379.522
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.446.823	2.446.823	2.446.823
PARTES RELACIONADAS	4.899.002	4.904.748	4.910.891
IMOBILIZADO	27.021.808	27.021.808	27.021.808
PASSIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	25.125.747	25.388.359	25.714.983
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5.890.253	5.922.660	5.957.752
FORNECEDORES	5.472.620	5.528.214	5.591.797
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.968.900	5.078.955	5.547.453
PROVISÕES TRABALHISTAS	291.199	291.199	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.225.140	2.261.724	2.298.842
DEMAIS CONTAS A PAGAR	2.562.897	2.579.829	2.582.571
PARCELAMENTOS	3.714.737	3.725.777	3.736.566
NÃO CIRCULANTE	29.660.390	29.883.793	30.169.735
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LP	10.861.132	10.965.490	11.078.496
FORNECEDORES LP	546.349	546.349	546.349
OBRIGAÇÕES FISCAIS	3.119.894	3.124.950	3.130.756
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS LP	418.773	420.329	421.516
PARCELAMENTOS IMPOSTOS	8.669.024	8.693.912	8.719.389
PARTES RELACIONADAS	6.045.219	6.132.764	6.273.230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.995.066	15.497.164	14.931.723
CAPITAL SOCIAL	44.829.350	44.829.350	44.829.350
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.852.720	1.852.720	1.852.720
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-32.082.486	-32.082.486	-32.082.486
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	1.395.482	897.580	332.139

Análise

ATIVO

- **Adiantamentos a Terceiros:** Em dezembro a empresa realizou 05 adiantamentos à empresas distintas que somaram R\$ 4.400,00. A recuperanda mantém o saldo significativo de adiantamentos, somando mais de R\$ 2,6 milhões, cujo prazo para ser baixado não foi esclarecido até o momento. Salienta-se que, deste montante, os valores mais expressivos referem-se à Eficazz Construções e Terraplanagem, com saldo de R\$ 606.777,53, e Preconcretos Engenharia S/A, com R\$ 380.366,00. Esta Administradora solicitou os contratos correspondentes, contudo, foram encaminhados apenas os documentos da empresa Preconcretos, cujas especificações estão descritas a seguir:

Contrato	Data	Objeto	Valor	Condição de Pagamento
Preconcretos 1238/004-18	16/03/2018	Serviços de Movimentação e Transbordo de Estruturas para execução da duplicação da Rodovia BR 116/RS - Cliente DNIT	R\$ 810.000,00	Pagamento integral até o trigésimo dia do mês subsequente ao da entrega das estruturas.
Preconcretos 1238/003-18	16/03/2018	Fornecimento de estruturas de concreto pré-fabricado	R\$ 410.000,00	Pagamento em 06 parcelas, sendo a primeira de R\$ 210 mil e as demais no valor de R\$ 40 mil, a vencer no trigésimo dia corrido do mês subsequente ao da entrega das estruturas.
Eficazz 1468/002-16	15/02/2016	Serviço de obra parcial em Cachoeirinha/RS	R\$ 5.397.367,27	Conforme medição

- Questionada se a empresa não cumpriu com os contratos após o pagamento, o que motivaria o saldo em adiantamentos, contudo, a recuperanda não se manifestou a respeito até a finalização deste relatório.
- Em períodos anteriores esta Administração solicitou o contrato da empresa A2 Projetos e Consultoria Ltda e Recovery Assessoria Empresarial devido à adiantamentos realizados e ao saldo que soma R\$ 97.045,76 e R\$ 30.000,00 respectivamente. A recuperanda encaminhou a notificação de pagamento da empresa A2 Projetos e Consultoria Ltda, através de cessão fiduciária de direitos creditórios, visto que se trata de credor constante na Recuperação Judicial e, a respeito da empresa Recovery, manifestou, apenas, que não houve emissão de contrato até o momento.
- **Partes relacionadas:** O aumento ocorrido em março referem-se, unicamente, à atualização de IOF devido às transações entre a Construtora e a BGPARG S/A.
- **Imobilizado:** Em março a empresa não adquiriu novos bens. Embora tenha informado a venda de imobilizado ao Sr. Diego Junges, os demonstrativos não apontam a baixa destes itens, motivo também de questionamento à recuperanda, até o momento sem retorno. Segundo a Construtora, as depreciações não são contabilizadas devido à inutilização do maquinário. De acordo com o Parecer Normativo 79/76 a depreciação dos bens do Ativo não é uma obrigação e sim uma faculdade, portanto, a recuperanda não está descumprindo as normas contábeis. Questionada sobre a veracidade do saldo contabilizado, a companhia confirmou que não corresponde à realidade, pois nunca foi realizada uma contagem física dos bens, motivo pelo qual não enviou a relação de imóveis existentes.

4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Balço Patrimonial

BALANÇO	jan/20	fev/20	mar/20
ATIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	36.413.569	36.395.936	36.436.918
CAIXAS E BANCOS	12.401	2.151	9.145
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.542	1.507	5.502
CONTAS A RECEBER	18.551.422	18.551.422	18.551.422
SERVIÇOS A FATURAR	11.591.333	11.591.333	11.612.142
ESTOQUES	109.447	109.447	109.447
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	2.533.383	2.533.383	2.533.383
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	2.652.528	2.660.948	2.664.502
DEMAIS CONTAS E VALORES A RECEBER	947.513	945.745	951.374
NÃO CIRCULANTE	34.367.634	34.373.380	34.379.522
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.446.823	2.446.823	2.446.823
PARTES RELACIONADAS	4.899.002	4.904.748	4.910.891
IMOBILIZADO	27.021.808	27.021.808	27.021.808
PASSIVO	70.781.203	70.769.316	70.816.441
CIRCULANTE	25.125.747	25.388.359	25.714.983
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5.890.253	5.922.660	5.957.752
FORNECEDORES	5.472.620	5.528.214	5.591.797
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.968.900	5.078.955	5.547.453
PROVISÕES TRABALHISTAS	291.199	291.199	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.225.140	2.261.724	2.298.842
DEMAIS CONTAS A PAGAR	2.562.897	2.579.829	2.582.571
PARCELAMENTOS	3.714.737	3.725.777	3.736.566
NÃO CIRCULANTE	29.660.390	29.883.793	30.169.735
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LP	10.861.132	10.965.490	11.078.496
FORNECEDORES LP	546.349	546.349	546.349
OBRIGAÇÕES FISCAIS	3.119.894	3.124.950	3.130.756
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS LP	418.773	420.329	421.516
PARCELAMENTOS IMPOSTOS	8.669.024	8.693.912	8.719.389
PARTES RELACIONADAS	6.045.219	6.132.764	6.273.230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.995.066	15.497.164	14.931.723
CAPITAL SOCIAL	44.829.350	44.829.350	44.829.350
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.852.720	1.852.720	1.852.720
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-32.082.486	-32.082.486	-32.082.486
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	1.395.482	897.580	332.139

Análise

PASSIVO

- **Instituições Financeiras:** Em março ocorreu somente a apropriação de juros sobre empréstimos do Bic Banco, no curto e longo prazo.
- **Fornecedores:** A recuperanda afirma que não possui critério de pagamento a fornecedores, uma vez que realiza a quitação conforme disponibilidades de caixa. Em março ocorreu aumento de R\$ 35 mil, especialmente pela contabilização das dívidas relacionadas à Unimed (R\$ 25,5 mil), Flávio Luiz e Adv Associados (R\$ 15 mil) e Empresa de Vigia Garra (R\$ 39,5 mil). Os desembolsos foram realizados a fornecedores pulverizados, de acordo com a necessidade dos serviços. Foram solicitados contratos da empresa Softcont Serviços Contábeis Ltda (saldo de R\$ 165 mil), Mirar Contabilidade (R\$ 300 mil), CAS Futura Assessoria e Consultoria, contudo, somente o contrato da Mirar Contabilidade e Softcont Serviços Contábeis foram encaminhados. Abaixo segue as especificações:

Contrato	Data	Objeto	Valor e condição de pagamento
Mirar Contabilidade	16/07/2016	Negociação do passivo sujeito a recuperação judicial e condução de assembleia geral de credores	R\$ 15.000,00 mensais até a data de homologação do PRJ (março/2017) e R\$ 700.000,00 em até 01 ano após a provação do PRJ.
Softcont Serviços Contábeis	01/01/2012	Consultoria e Assessoria na gestão da empresa.	R\$ 12.000,00 mensais.

- A respeito da CAS Futura Assessoria e Consultoria a recuperanda limitou-se a informar que a referida empresa elaborou o projeto elétrico para participar da licitação de Cachoeirinha e que não houve emissão de contrato.
- **Obrigações Sociais e Trabalhistas:** Acumula o saldo de R\$ 5,5 milhões, sendo que aumentou pouco mais de 2% no último mês. Destaca-se a empresa não esta pagando integralmente os salários encargos sociais e que neste período não houve novas contratações ou demissões de funcionários.
- **Parcelamentos:** Contemplam os parcelamentos simplificados e PERT. A empresa comunicou que não está realizando o pagamento dos parcelamentos, com a exceção do ICMS (R\$ 2,8 mil), portanto não estão mais ativos. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,3 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo. O aumento constante nesta conta ocorre pela atualização da taxa Selic.
- **Partes Relacionadas:** Contém valores a pagar ALOI Participações Societárias (R\$ 612 mil), Brasília Guaíba Invest. Imob. (R\$ 4 milhões) BGSE Construções (R\$ 120,2 mil) e André Loiferman (R\$ 1,4 milhões) que é sócio e também credor no Plano de Recuperação Judicial da CBG. As movimentações entre as partes resultaram no aumento de R\$ 140,4 mil no último mês, especialmente pelos aportes recebidos do sócio André e Brasília Guaíba Invest. Imob. e BGSE Construções.

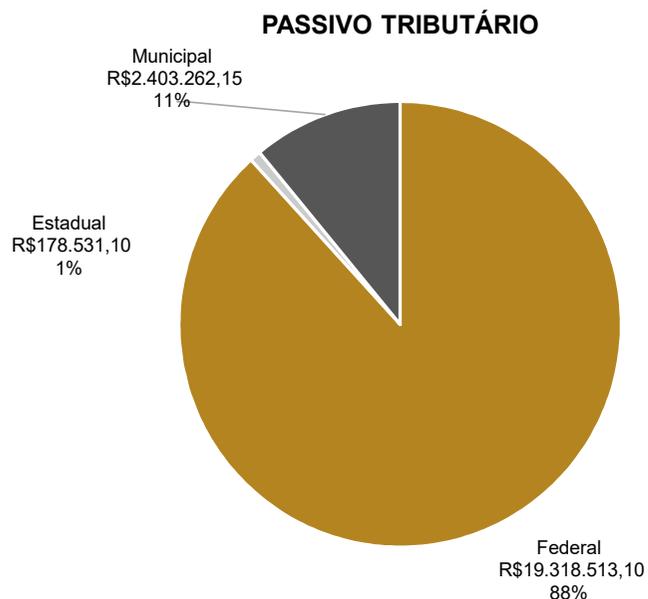
4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Dívida Tributária

As informações abaixo são atualizadas até março/2020, de acordo com as últimas demonstrações contábeis enviadas pela recuperanda.

A Companhia não apresenta regularidade fiscal, sendo que no mês de março efetuou somente o pagamento de uma guia de ICMS de R\$ 2.809,40. A empresa afirma que o parcelamento do REFAZ de ICMS está ativo, embora haja inadimplência, enquanto os demais já perderam a validade. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até março/2020, é de **R\$ 21.957.798,31**, demonstrando aumento de menos de 1% em comparação à fevereiro. O gráfico abaixo evidencia a dívida fiscal segregada por esfera:



Bancos Credores Não Sujeitos à RJ

Esta Administradora solicitou a atualização das tratativas com os Bancos não sujeitos à Recuperação Judicial, no entanto, a empresa limitou-se a informar que a consultoria está realizando negociações com o Banco do Brasil, Bradesco e BIC e tão logo tenha a quitação, enviará a esta Administração Judicial. Portanto, segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: A instituição aguarda a decisão do STJ quanto à ação do HSBC que alega ser extraconcursal. A empresa posicionou-se no sentido de disponibilizar os bens dados como garantias;

Banco do Brasil: A negociação está com a GECOR em SP, que ficou de apresentar a composição financeira do débito. A empresa aguarda definição de sujeição do crédito, uma vez que o processo se trata de ação de execução de título extrajudicial, onde não mencionam garantias e sim penhoras de valores via BACENJUD.

Banco BIC: O banco está executando a dívida e a empresa está negociando a liquidação através de dação de terrenos, que aguardam a avaliação a instituição.

Banco Átria: O banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado. O termo correspondente encontra-se no Anexo II do presente relatório.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72

4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	jan/20	fev/20	mar/20	SALDO 2020
FATURAMENTO	2.111.040	16.770	28.504	2.156.314
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS	-77.633	-1.030	-3.732	-82.396
RECEITA LÍQUIDA	2.033.407	15.739	24.772	2.073.918
CUSTOS	-79.407	-94.803	-112.629	-286.839
CUSTOS DIRETOS	-51.761	-56.739	-53.782	-162.283
MATERIAIS DIRETOS	-11.473	-12.001	-2.500	-25.974
MÃO DE OBRA DIRETA	-19.443	-32.408	-45.133	-96.984
SERVIÇOS EMPREITADOS	-1.805	-1.618	-4.124	-7.547
EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO	-19.040	-10.712	-2.025	-31.778
CUSTOS INDIRETOS	-27.646	-38.064	-58.846	-124.556
MATERIAL INDIRETO	-	-509	-240	-749
MÃO DE OBRA INDIRETA	-	-304	115	-189
OUTROS CUSTOS INDIRETOS	-27.646	-37.252	-58.721	-123.618
LUCRO BRUTO	1.954.000	-79.064	-87.857	1.787.079
DESPESAS	-558.518	-418.838	-452.468	-1.429.825
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-311.534	-191.403	-203.110	-706.048
DESPESAS COM PESSOAL	-101.731	-121.608	-165.327	-388.667
OCUPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENERGIA	-9.226	-5.302	-1.561	-16.089
SERVIÇOS A TERCEIROS	-155.727	-42.583	-20.602	-218.912
DESPESAS C/ VEÍCULOS ADM.	-3.593	-3.415	-865	-7.873
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	-4.620	-636	-3.088	-8.344
OUTRAS DESPESAS	-26.260	-8.336	-4.821	-39.417
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	-10.377	-9.523	-6.846	-26.746
EVENTOS FINANCEIROS	-239.834	-220.287	-243.238	-703.359
DESPESAS FINANCEIRAS	-239.856	-220.288	-243.528	-703.672
RECEITAS FINANCEIRAS	22	-	290	313
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-7.151	-7.143	-6.120	-20.414
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	1	-5	-	-4
RESULTADO	1.395.482	-497.902	-540.325	357.255

Nota (*): Em janeiro e fevereiro a recuperanda realizou a alteração dos saldos contábeis das contas: *Faturamento, Deduções sobre Vendas, Custos, Despesas com Pessoal, Despesas Não Dedutíveis, Despesas Financeiras e Outras Despesas*. Os demonstrativos retificados encontram-se no Anexo II do presente relatório.

Embora a recuperanda tenha encaminhado os demonstrativos de janeiro e fevereiro retificados, constatou-se divergências entre o saldo final de fevereiro e inicial de março de 2020. Questionada, a empresa não manifestou-se até a finalização deste relatório, ficando esta informação pendente para o próximo período.

Análise

- **Receita Bruta:** Em março as receitas são originadas apenas pela venda de pedra britada, visto que as obras estão paralisadas.
- **Custos:** os principais custos da empresa estão relacionados à mão de obra direta (R\$ 45 mil) e outros custos indiretos, que neste mês somaram R\$ 58,7 mil e envolvem, basicamente, manutenção de veículos, transportes, energia elétrica e outras despesas indiretamente relacionadas à operação. O aumento em março refere-se, principalmente, ao pagamento de R\$ 31.500,11 à empresa de vigia Garra. Neste período a receita cerca de 4 vezes foi inferior aos custos, gerando prejuízo bruto de R\$ 87 mil.
- **Despesas Gerais Administrativas:** Consumiram R\$ 203 mil em março e as principais movimentações nesta conta seguem descritas:
 - ✓ **Despesas com Pessoal:** A venda de um trator, no valor de R\$ 50 mil, foi utilizada para o pagamento de salário de Glaucio Fetter, motivando o aumento desta despesa no mês de março. De acordo com a recuperanda, o bem pertence a BGSE e a nota fiscal, bem como os lançamentos contábeis estão equivocados e deverão ser corrigidos no próximo período. Embora solicitado, a nota fiscal e o comprovante de pagamento não foram enviados.
 - ✓ **Serviços de Terceiros:** Compreende a uma despesa relevante na estrutura da companhia e refere-se, basicamente, a honorários de advogados e Prestação de Serviços PJ que incluem 1 diretor administrativo e financeiro; 1 profissional de consultoria; 1 arquiteto; 1 assessor; 1 engenheiro; e 2 contadores. O valor em março somou R\$ 20,6 mil e a redução em relação ao mês anterior refere-se à redução de honorários advocatícios, especialmente de Figueiredo Tassini Advogados.
 - ✓ **Despesas Não Dedutíveis:** Atingiu o valor de R\$ 6,8 mil em fevereiro, principalmente, aos gastos com combustível (R\$ 2,4 mil), manutenção de veículos (R\$ 1,6 mil) e despesas de viagem (R\$ 1,6 mil).
- **Resultado Financeiro:** As receitas financeiras são insignificantes em relação às despesas financeiras que somaram mais de R\$ 220 mil no último mês. Os dispêndios mais significativos referem-se à apropriação de juros sobre empréstimos (R\$ 148 mil), parcelamentos (R\$ 37 mil) e tributos (R\$ 19 mil), e multas sobre impostos (R\$ 23 mil).
- **Resultado:** O faturamento da recuperanda encolheu em abril, especialmente pela ausência de obras em atividade. As receitas provenientes de pedra britada foram insignificantes frente aos Custos e Despesas mensais que a recuperanda possui, portanto o resultado de março findou com prejuízo de R\$ 540 mil.

4. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS



Fluxo de Caixa

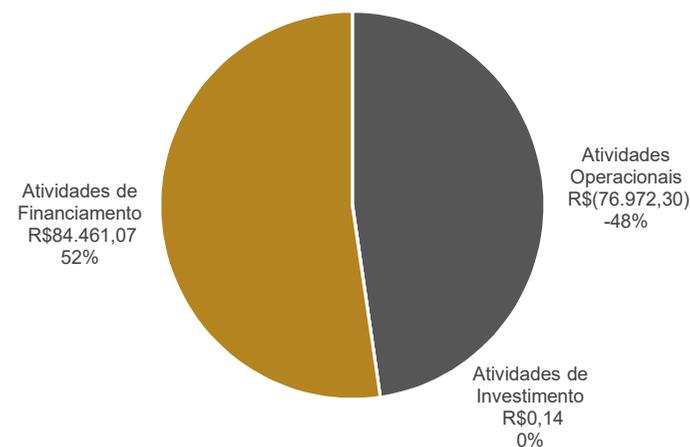
FLUXO DE CAIXA MARÇO/2020		VALORES EM R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Clientes		77.061,56
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores		-3.554,50
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo		-29.600,98
(-) Pagamento a Fornecedores a vista		-23.666,36
(-) Pagamento a Credores		-9.561,56
(-) Pagamento de Adiantamentos Empregados		-5.275,35
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais		-389,02
(-) Pagamento Serviços Profissionais		-3.618,72
(-) Pagamento Remuneração a Empregado		-20.502,03
(-) Pagamento Benefícios a Empregados		-52.699,03
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados		-2.569,88
(-) Pagamento Locações e Aluguéis		-1.000,00
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa		-155,32
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa		-0,66
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias		-323,25
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros		-75.855,10
(-) Pagamento Encargos Financeiros		-1.117,20
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		-76.972,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento a Consórcios de Empresas		-
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras		0,14
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos		0,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas		84.461,07
(+/-) Recebimento/(pagamento) Venda Imobilizado		-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos		84.461,07
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.488,91
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		7.158,16
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		14.647,07
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-20.925,82

Análise

- **Atividades Operacionais:** O principal recebimento da recuperanda está atrelado à venda de um trator, de acordo com a recuperanda, pertencente à BGSE, no valor de R\$ 50 mil e à venda de pedra britada de R\$ 27 mil. O recurso advindo da venda do bem foi inteiramente destinado ao pagamento de salário a Glaucio Fetter, credor trabalhista da Recuperação Judicial. As demais saídas referem-se à pagamento de fornecedores, aluguel e impostos.
- **Atividades de Investimento:** O valor irrisório de R\$ 0,14 refere-se a rendimento de aplicações financeiras.
- **Atividades de Financiamento:** O recebimento de recursos da BGSE (R\$ 50 mil da venda de imobilizado) e, principalmente, do sócio André Loiferman, financiaram o caixa da Construtora em março, com a entrada de recursos que somam pouco mais de R\$ 84 mil.

Devido ao recebimento das empresas ligadas ser superior aos dispêndios da operação, aumento de R\$ 7.488,91 no caixa da CBG. O gráfico abaixo representa a distribuição de caixa no mês de março:

DISTRIBUIÇÃO DO FLUXO DE CAIXA



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Proposta de Pagamento

CLASSE I CRÉDITOS TRABALHISTAS

Créditos de até R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente, em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da alienação da UPI.

Créditos superiores a R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente, em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da dação de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação.

O prazo final para a quitação dos créditos trabalhistas ocorreu em 05.11.2018.

CLASSE II CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

Através de dação, respeitada os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito. Se o valor do bem for superior a dívida, este poderá ser fracionado e o credor receberá parte equivalente ao seu crédito.

A Recuperanda foi questionada sobre os procedimentos adotados para fins do cumprimento da Classe II, eis que não há prazo de carência para início dos pagamentos. Informou, que os seus procuradores estão procedendo com a confecção dos contratos para efetivamente cumprir com o exposto no plano de recuperação judicial.

CLASSE III e IV CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIO E ME e EPP (OPERACIONAIS)

A classe III demais condições

Credores até R\$ 10.000,00

- Pagamento será realizado em 48 parcelas, com taxa de juros de 3% a.a. e correção monetária a partir da homologação do PRJ.

Credores acima de R\$ 10.000,00

- Serão pagos de forma pró-rata, conjuntamente com os credores ME/EPP Ordinários, através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesas judiciais do processo contra o DNIT. Também, através de cessão e transferência dos direitos, ações e exceções da UPI denominada SPE Pedreira Rincão, da SPE Três Passos.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Proposta de Pagamento

CLASSE III CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

(FINANCEIROS E COLABORATIVOS)

A classe III é dividida em diversas subclasses, a seguir serão apresentadas as condições de cada:

Credores Financeiros Parceiros:

- O prazo de pagamento é de 20 anos, com início do pagamento mensal após 30 dias da homologação do plano, pela tabela Price, com parcelas mensais de R\$ 40.000,00. Haverá alienação e, conseqüente, direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda. A correção será pela TR-Mensal e os juros de 4% a.a.

Credores Financeiros de Grande Valor (acima de R\$ 10.000.000,00):

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA.

Credores Financeiros Fomentadores:

- O pagamento da integralidade dos créditos será, exclusivamente, através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da Matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão, RS.

Credores Financeiros Ordinários:

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Os processos são contra a PMPA por serviços executados e não pagos.

Credores Operacionais Colaborativos:

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Prestação de Contas

A Magistrada, em 17.04.2018, determinou que o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial é **06.11.2017**.

Em relação ao cumprimento do plano de recuperação judicial, esta Administração Judicial está monitorando os pagamentos e recebeu os seguintes esclarecimentos por parte da equipe da Recuperanda:

- ❖ **CLASSE I - TRABALHISTA:** Sobre o pagamento a credores até R\$ 70 mil, a CBG aguardava a conclusão da venda de um imóvel que se concretizou no mês de maio de 2019. Devido ao prazo de parcelamento do contrato de compra e venda (24 parcelas) ser superior ao prazo de pagamento à classe trabalhista, a CGB realizou cessão de crédito junto ao Banco ABC para receber o valor antecipadamente. O valor total do negócio junto à MRV foi de R\$ 8.460.000,00 e, com a cessão de crédito, o valor auferido pela recuperanda foi na ordem de R\$ 7.505.883,61. Quanto aos créditos superiores a R\$ 70 mil, a Recuperanda informou que aguarda a aprovação de projeto junto à Prefeitura de Portão, para dar prosseguimento no loteamento, possibilitando assim, a concretização da dação em pagamento dos lotes aos credores.
- **Credores Trabalhistas até R\$ 70.000,00:** A recuperanda requereu ao juízo recuperacional o depósito dos créditos relativos ao FGTS, diretamente nas contas vinculadas dos trabalhadores junto à Caixa Econômica Federal, o que foi deferido, com a expedição de ofício à instituição bancária. A Administração já requereu, inclusive no processo, que a recuperanda noticie qual a atual situação destes pagamentos. Não houve quitação integral créditos líquidos abaixo de R\$ 70 mil, motivo pelo qual esta Administradora Judicial reiterou a cobrança dos comprovantes e/ou posicionamento. A recuperanda sustenta que, em razão da paralisação das obras e ausência de aporte financeiro, não conseguiu efetuar o pagamento dos credores. A estimativa da empresa é que após a retomada das obras em conjunto com a empresa Castilhos, haja o cumprimento do Plano com os respectivos pagamentos que estão pendentes. Adiciona, ainda, que está buscando recursos junto aos bancos, mas que até o momento, não há nada liberado ou concretizado. Até junho/2020, foram realizados pagamentos à classe trabalhista (até R\$ 70 mil) na ordem de R\$ 2.440.807,43, restando o saldo a pagar de **R\$ 1.667.743,12** dos créditos líquidos, sendo R\$ 1.264.417,62 de FGTS e R\$ 403.325,50 em atraso.
- ❖ **CLASSE II - GARANTIAL REAL:** A Recuperanda informou que os bens (garantias) já estão à disposição dos Bancos. Esta Administradora solicitou os contratos correspondentes à dação e até a finalização deste relatório não foram enviados.
- ❖ **CLASSE III e IV – QUIROGRAFÁRIOS:**
 - **Os créditos até R\$ 10.000,00 da classe III e IV** estão parcialmente em atraso (32 parcelas). Em relação aos créditos quirografários, a Recuperanda pagou R\$ 4.394,77 por meio de transferência bancária. Quanto à classe de ME e EPP, o valor total está em aberto.
 - **Créditos acima de R\$ 10.000,00 da classe III e IV** a CBG declara que judicializou ação contra o DNIT da BR-116-RS, tombada sob o nº 1020956-10.2018.4.01.3400, que tramita na 9ª Vara Federal Cível da SJDF. A Recuperanda enviou a notificação aos credores a respeito da participação de crédito nas ações judiciais para pagamento da dívida concursal, conforme estabelecido no plano de recuperação judicial. Acerca dos documentos enviados à esta Administração Judicial, identificou-se a ausência de comprovação do pagamento ao Banrisul que, de acordo com a recuperanda, é um credor financeiro parceiro e, portanto, deveria ter os pagamentos iniciados em dezembro/2017.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Prestação de Contas

- **Subclasses:** Segue abaixo a classificação dos credores da Classe III, de acordo com informações enviadas pela recuperanda:

Credores Financeiros Parceiros	Credores Financeiros Ordinários
BANCO BANRISUL S/A	BANCO CATERPPILAR S/A
Credores Financeiros de Grande Valor	BANCO FIBRA S/A
BANCO BRADESCO S/A	BANCO VOTORANTIM S/A
BANCO DO BRASIL S/A	Credores Operacionais Colaborativos
BANCO SANTANDER S/A	ABASTECEDORA ABM LTDA
EGM FIDC MULTISSET	COMERCIO DE COMB. LUSTER LTDA

Todos os credores mencionados já receberam a notificação da cessão de direitos creditórios, com exceção do Banco Banrisul, que possui condição de pagamento diversa. De acordo com o PRJ, a recuperanda deveria pagar mensalmente o valor de R\$ 40 mil, a contar de dezembro/2017. A companhia argumentou que pretendia iniciar as negociações com este credor a partir de janeiro/2020 com o intuito de quitar o débito com parte das garantias ofertadas, no entanto, até a finalização deste relatório nenhum comprovante foi enviado, portanto, considera-se o saldo de 31 parcelas em atraso, de acordo com os termos previstos no PRJ.

RESUMO

CREDORES	Qty Total	TOTAL (R\$)	FGTS (R\$)	Valor Pago (R\$)	Quitados	Valor em Atraso (R\$)	Valor em Aberto (R\$)	Observações
CLASSE I - TRABALHISTA	458	18.011.669,98	3.606.525,96	2.440.807,43	195	9.725.612,62	2.242.941,53-	
Até R\$ 70 mil Líquidos	243	4.104.332,99	1.264.417,62	2.440.807,43	195	403.325,50	-	
Acima de R\$ 70 mil Líquidos	47	11.117.810,46	1.795.523,34	-	-	9.322.287,12	-	
Ilíquidos	168	2.789.526,53	546.585,00	-	-	-	2.242.941,53	
CLASSE II - GARANTIA REAL	4	9.118.235,98	-	-	4	9.118.235,98	-	-A empresa não encaminhou os termos de dação das garantias;
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	389	156.399.412,69	-	113.586.704,59	239	1.607.115,62	41.205.592,48-	
Até R\$ 10 mil	159	555.068,20	-	4.394,77	10	367.115,62	183.557,81	Foram pagos R\$ 4.394,77 por meio de transferência bancária.
Acima de R\$ 10 mil	230	155.844.344,49	-	113.582.309,82	229	1.240.000,00	41.022.034,67	Foram pagos R\$ 113.582.309,82 através de cessão de direitos e obrigações.
CLASSE IV - ME e EPP	135	7.552.248,20	-	7.306.498,00	89	163.833,77	81.916,89-	
Até R\$ 10 mil	72	245.750,66	-	-	25	163.833,77	81.916,89-	
Acima de R\$ 10 mil	63	7.306.497,54	-	7.306.498,00	64	-	-	Foram pagos através de alienação e cessão fiduciária de direitos creditórios. Todas as notificações já foram encaminhadas.
TOTAIS	986	191.081.566,85	3.606.525,96	123.334.010,02	527	20.614.797,99	43.530.450,90	
		100%	1,89%	64,55%		10,79%	22,78%	

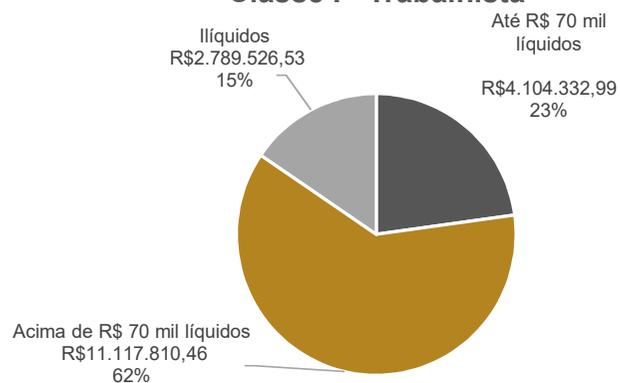
*Valor desconsidera os juros incidentes.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

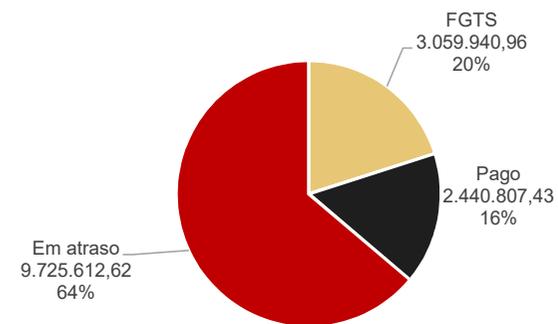


Prestação de Contas – Cumprimento de Plano por Classes

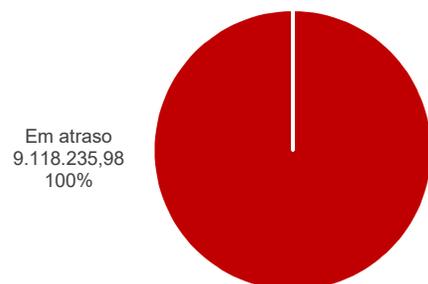
Classe I - Trabalhista



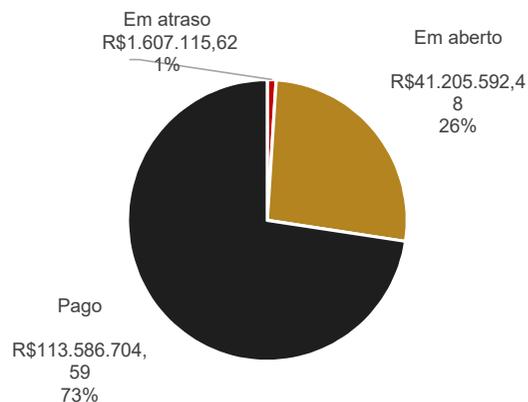
Até R\$ 70 mil líquidos (em cumprimento)



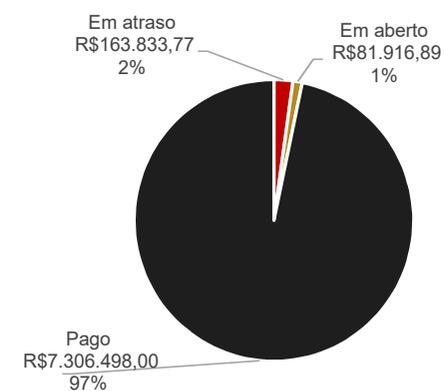
Classe II - Garantia Real



Classe III - Quirografários



Classe IV - ME e EPP



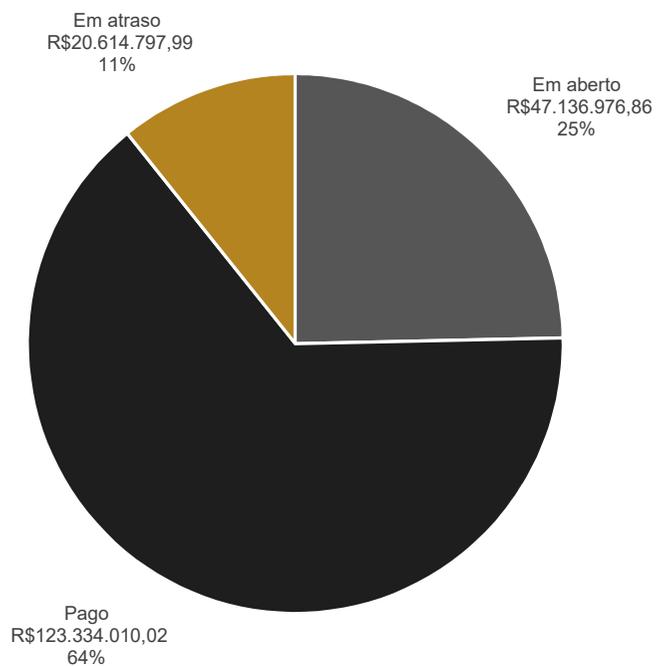
Nota (*) A recuperanda não encaminhou os termos de dação das respectivas garantias.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

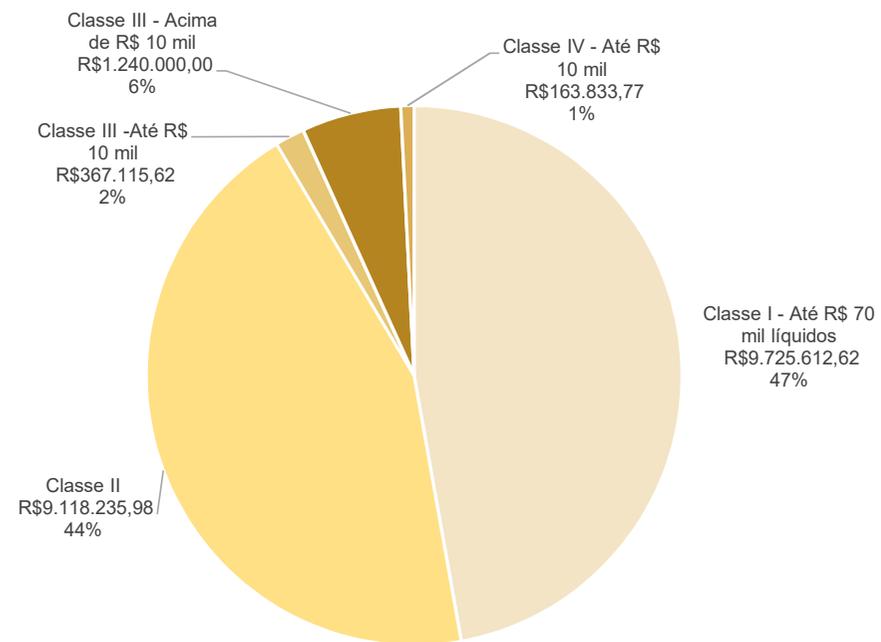


Prestação de Contas - Resumo

RESUMO CUMPRIMENTO PRJ



EM ATRASO





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE MARÇO/2020

II – DEMONSTRAÇÕES RETIFICADAS DE JANEIRO E FEVEREIRO/2020



MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

administradorjudicial.adv.br

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC

AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS
CEP: 91330-001
51 3062.6770

RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/111
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA
BAIRRO CENTRO
CEP: 93510-130
51 3065.6770

AV. NACÕES UNIDAS, 12399/133 B
ED. COMERCIAL LANDMARK
BAIRRO BROOKLIN NOVO
CEP: 04578-000
11 2769-6770

RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501
CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO
BAIRRO PIO X
CEP: 95032-460
54 3419.7274

RUA DR. ARTUR BALSINI, 107
BBC BLUMENAU
BAIRRO VELHA
CEP: 89036-240
47 3381-337

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MARÇO 2020
ATIVO

	03-2020	12-2019
CIRCULANTE		
Disponível	9.144,78	4.008,77
Aplicações financeiras	5.502,29	217.777,57
Contas a receber	18.551.422,08	18.551.422,08
Serviços a faturar	11.612.142,36	9.503.155,79
Estoques	109.447,46	109.447,46
Investimentos Temporários	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a Terceiros	2.664.502,11	2.580.369,52
Outros Crédidos a Receber	951.374,25	945.541,36
Total do ativo circulante	36.436.918,45	34.445.105,67
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.446.823,46	2.446.823,46
Partes relacionadas	4.910.891,08	4.892.573,34
Investimentos	15.010.000,00	15.010.000,00
Imobilizado	12.011.807,91	12.011.807,91
Total do ativo não circulante	34.379.522,45	34.361.204,71
TOTAL DO ATIVO	70.816.440,90	68.806.310,38

Handwritten signature in blue ink.



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MARÇO 2020
PASSIVO

	03-2020	12-2019
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	5.957.752,25	5.856.055,38
Fornecedores	5.591.797,44	5.324.409,51
Obrigações sociais e trabalhistas	5.260.544,42	4.954.704,06
Provisões Trabalhistas	286.908,49	291.199,42
Obrigações fiscais	2.298.842,32	2.096.796,24
Parcelamentos Simplificado	1.237.334,03	1.225.212,35
Parcelamentos Pert	2.496.470,42	2.473.115,23
Parcelamentos Fazenda Estadual	2.761,89	5.082,53
Demais contas a pagar	2.582.571,36	2.545.296,65
Total do passivo circulante	25.714.982,62	24.771.871,37
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	11.078.495,51	10.751.008,54
Fornecedores	546.348,96	546.348,96
Obrigações sociais e trabalhistas	421.515,71	416.963,91
Obrigações fiscais	3.130.755,50	3.113.482,37
Parcelamento Impostos PERT	7.674.843,93	7.602.390,93
Parcelamentos Simplificado	989.815,05	980.173,29
Parcelamento Fazenda Estadual	54.730,07	54.164,82
Partes relacionadas	6.273.230,20	5.970.972,16
Total do passivo não circulante	30.169.734,93	29.435.504,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

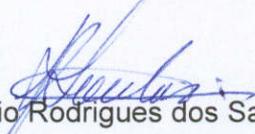
Prejuízos acumulados	(32.082.486,44)	(32.083.136,44)
Resultado do Exercício em Curso	332.139,32	
Total do patrimônio líquido	14.931.723,35	14.598.934,03
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.816.440,90	68.806.310,38
	-	-



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
 “em recuperação judicial”
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MARÇO 2020
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	03-2020	12-2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.177.123,17	10.096.526,73
Tributos e deduções de vendas	(83.155,08)	(480.655,40)
Receita operacional líquida	2.093.968,09	9.615.871,33
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(323.192,11)	(9.629.756,39)
LUCRO BRUTO	1.770.775,98	(13.885,06)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(714.862,98)	(4.674.799,83)
Outras receitas (despesas) operacionais	0,48	5.461.807,12
Despesas Tributárias	(20.413,94)	(64.415,17)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	1.035.498,58	708.707,06
Receitas financeiras	312,67	454.854,27
Despesas financeiras	(703.671,93)	(4.431.218,24)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	332.139,32	(3.267.656,91)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	332.139,32	(3.267.656,91)


 Construtora Brasília Guaíba Ltda
 Em Recuperação Judicial
 André Loiferman CPF 354.259.200,59
 Diretor Presidente


 Sérgio Rodrigues dos Santos
 CPF 401.148.050-91
 CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2020

ATIVO

	01- 2020	12-2019
CIRCULANTE		
Disponível	12.401,04	4.008,77
Aplicações financeiras	15.541,77	217.777,57
Contas a receber	18.551.422,08	18.551.422,08
Serviços a faturar	11.591.332,82	9.503.155,79
Estoques	109.447,46	109.447,46
Investimentos Temporários	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a Terceiros	2.652.527,61	2.580.369,52
Outros Crédidos a Receber	947.513,07	945.541,36
Total do ativo circulante	36.413.568,97	34.445.105,67
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.446.823,46	2.446.823,46
Partes relacionadas	4.899.002,19	4.892.573,34
Investimentos	15.010.000,00	15.010.000,00
Imobilizado	12.011.807,91	12.011.807,91
Total do ativo não circulante	34.367.633,56	34.361.204,71
TOTAL DO ATIVO	70.781.202,53	68.806.310,38

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
“em recuperação judicial”
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2020

PASSIVO

	01- 2020	12-2019
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	5.890.252,84	5.856.055,38
Fornecedores	5.472.620,48	5.324.409,51
Obrigações sociais e trabalhistas	4.968.899,87	4.954.704,06
Provisões Trabalhistas	291.199,42	291.199,42
Obrigações fiscais	2.225.139,92	2.096.796,24
Parcelamentos Simplificado	1.229.728,16	1.225.212,35
Parcelamentos Pert	2.482.265,76	2.473.115,23
Parcelamentos Fazenda Estadual	2.743,48	5.082,53
Demais contas a pagar	2.562.896,84	2.545.296,65
Total do passivo circulante	25.125.746,77	24.771.871,37
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	10.861.132,12	10.751.008,54
Fornecedores	546.348,96	546.348,96
Obrigações sociais e trabalhistas	418.773,06	416.963,91
Obrigações fiscais	3.119.893,68	3.113.482,37
Parcelamento Impostos PERT	7.630.858,43	7.602.390,93
Parcelamentos Simplificado	983.799,93	980.173,29
Parcelamento Fazenda Estadual	54.365,23	54.164,82
Partes relacionadas	6.045.218,56	5.970.972,16
Total do passivo não circulante	29.660.389,97	29.435.504,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

Prejuízos acumulados	(32.082.486,44)	(32.083.136,44)
Resultado do Exercício em Curso	1.395.481,76	
Total do patrimônio líquido	15.995.065,79	14.598.934,03
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.781.202,53	68.806.310,38

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2020
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	01- 2020	12-2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Tributos e deduções de vendas	2.111.039,73 (77.632,87)	10.096.526,73 (480.655,40)
Receita operacional líquida	2.033.406,86	9.615.871,33
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(79.406,87)	(9.629.756,39)
LUCRO BRUTO	1.953.999,99	(13.885,06)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(311.533,98)	(4.674.799,83)
Outras receitas (despesas) operacionais	1,35	5.461.807,12
Despesas Tributárias	(7.151,44)	(64.415,17)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	1.635.315,92	708.707,06
Receitas financeiras	21,86	454.854,27
Despesas financeiras	(239.856,02)	(4.431.218,24)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	1.395.481,76	(3.267.656,91)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.395.481,76	(3.267.656,91)



Construtora Brasília Guaíba Ltda
 Em Recuperação Judicial
 André Loiferman CPF 354.259.200,59
 Diretor Presidente



Sérgio Rodrigues dos Santos
 CPF 401.148.050-91
 CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE FEVEREIRO 2020
ATIVO

	02-2020	12-2019
CIRCULANTE		
Disponível	2.151,14	4.008,77
Aplicações financeiras	1.507,02	217.777,57
Contas a receber	18.551.422,08	18.551.422,08
Serviços a faturar	11.591.332,82	9.503.155,79
Estoques	109.447,46	109.447,46
Investimentos Temporários	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a Terceiros	2.660.947,61	2.580.369,52
Outros Crédidos a Receber	945.744,67	945.541,36
Total do ativo circulante	36.395.935,92	34.445.105,67
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.446.823,46	2.446.823,46
Partes relacionadas	4.904.748,48	4.892.573,34
Investimentos	15.010.000,00	15.010.000,00
Imobilizado	12.011.807,91	12.011.807,91
Total do ativo não circulante	34.373.379,85	34.361.204,71
TOTAL DO ATIVO	70.769.315,77	68.806.310,38

BALANCETE DE FEVEREIRO 2020
PASSIVO

	02-2020	12-2019
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	5.922.659,88	5.856.055,38
Fornecedores	5.528.213,81	

CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

		5.324.409,51
Obrigações sociais e trabalhistas	5.078.954,75	4.954.704,06
Provisões Trabalhistas	291.199,42	291.199,42
Obrigações fiscais	2.261.724,40	2.096.796,24
Parcelamentos Simplificado	1.233.771,67	1.225.212,35
Parcelamentos Pert	2.489.251,60	2.473.115,23
Parcelamentos Fazenda Estadual	2.753,90	5.082,53
Demais contas a pagar	2.579.829,16	2.545.296,65
Total do passivo circulante	25.388.358,59	24.771.871,37
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	10.965.490,10	10.751.008,54
Fornecedores	546.348,96	546.348,96
Obrigações sociais e trabalhistas	420.328,59	416.963,91
Obrigações fiscais	3.124.949,63	3.113.482,37
Parcelamento Impostos PERT	7.652.387,56	7.602.390,93
Parcelamentos Simplificado	986.952,89	980.173,29
Parcelamento Fazenda Estadual	54.571,81	54.164,82
Partes relacionadas	6.132.763,68	5.970.972,16
Total do passivo não circulante	29.883.793,22	29.435.504,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(32.082.486,44)	(32.083.136,44)
Resultado do Exercício em Curso	897.579,93	
Total do patrimônio líquido	15.497.163,96	14.598.934,03
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.769.315,77	68.806.310,38

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE FEVEREIRO 2020
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	02-2020	12-2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.127.809,28	10.096.526,73
Tributos e deduções de vendas	(78.663,06)	(480.655,40)
Receita operacional líquida	2.049.146,22	9.615.871,33
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(174.209,97)	(9.629.756,39)
LUCRO BRUTO	1.874.936,25	(13.885,06)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(502.937,11)	(4.674.799,83)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3,98)	5.461.807,12
Despesas Tributárias	(14.293,96)	(64.415,17)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	1.357.701,20	708.707,06
Receitas financeiras	22,26	454.854,27
Despesas financeiras	(460.143,53)	(4.431.218,24)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	897.579,93	(3.267.656,91)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	897.579,93	(3.267.656,91)



Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente



Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716